



...Continuação

Companhia CARRIS Porto-Alegrense - CNPJ 92.675.255/0001-72

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto Operacional

A Companhia Carris Porto-Alegrense, sociedade de economia mista sob o controle acionário do Município de Porto Alegre, foi fundada em 19/06/1872.

Seu objeto principal é a prestação de serviço de transporte coletivo urbano de passageiros, especificamente, da Bacia Pública de Porto Alegre, linhas de ônibus que são de responsabilidade, única e exclusivamente, do Município, tendo sido tal serviço delegado pelo Decreto nº 8.852, de 25/12/1986.

Possui uma frota operacional de 347 ônibus e detém 22,44% do mercado de transporte de passageiros por ônibus de Porto Alegre.

Em 2017, a nova direção da companhia implantou um plano de gestão, incluindo o desenvolvimento e implementação de um plano orçamentário, visando a recuperação e reequilíbrio econômico financeiro da companhia, interrompendo a sequência de aumento dos resultados negativos dos últimos anos e reduzindo a necessidade de aportes dos acionistas.

O Plano Orçamentário foi elaborado seguindo as etapas de análise dos dados financeiros e operacionais, incluindo histórico dos últimos anos e informações de mercado. Foram definidas as principais premissas, considerando um cenário conservador na receita e queda no número de passageiros equivalentes. Para as despesas foram definidas metas de redução, sendo criados comitês com a finalidade de garantir o atingimento das metas e o monitoramento detalhado das performances por conta e por área da Companhia. Cabe salientar que para o exercício de 2018, o orçamento do Município prevê R\$ 30 milhões de aportes para a Carris, sendo que R\$12 milhões foram efetivados no primeiro quadrimestre do ano.

2. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

2.1 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetem os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas podem levar a resultados que requeiram ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

2.2 Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data das demonstrações financeiras, envolvendo risco de causar ajustes significativos no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são apresentadas a seguir:

2.2.1 Provisão para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para causas judiciais cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.2.2 Redução do valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos de vida longa (imobilizado) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 27 de abril de 2018 e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6404/76 e alterações produzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, pelas normas contábeis emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pelos pronunciamentos, orientações e interpretações do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3.1 Moeda Funcional

A Companhia Carris Porto-Alegrense utiliza em suas transações correntes a moeda vigente em circulação “Real”.

3.2 Classificação e reconhecimento de ativos e passivos

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros deles provenientes fluirão para a Companhia e seus custos ou valores puderem ser determinados em bases confiáveis. Quando for improvável a geração de benefícios econômicos uma despesa é reconhecida na demonstração do resultado.

Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou constituída, como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados à medida que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa abrange numerário em espécie e contas bancárias disponíveis.

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos balanços apresentados e não superam o valor de mercado.

Caixa	2017	2016
Caixa e Bancos	1.336	971

Equivalentes de Caixa		Taxa a.a. (%)			
Banco	Modalidade	2017	2016	2017	2016
Caixa Econômica Federal	Caixa Fic Personal RF LP	-	78	-	13,2580%
Banco do Brasil	BB Renda Fixa LP 100	8.600	571	5,9244%	9,6696%
Caixa Econômica Federal	Caixa Fic Ideal RF LP	260	350	8,5190%	12,6100%
Banrisul	CDB Automático Mensal	97	85	(i)	(i)

Caixa Econômica Federal	Poupança	14	13	6,9990%	8,3480%
-------------------------	----------	----	----	---------	---------

Total Caixa e Equivalentes de Caixa	10.306	2.068
-------------------------------------	--------	-------

(i) Investimento contratado na modalidade Pós-Fixada DI. Resgates Antecipados (automático) sujeitam-se a percentuais compatíveis com o prazo de permanência da aplicação até o limite de 103% do DI.

3.4 Estoques

Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição e não excedem o seu valor recuperável. O custo de aquisição abrange o preço de compra, tributos não recuperáveis, transporte e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição, deduzidos de descontos comerciais e abatimentos

Estoques	2017	2016
Peças e acessórios	2.920	2.428
Combustíveis e lubrificantes	244	369
Outros estoques	289	381
Total	3.453	3.178

3.5 Depósitos judiciais

Contabilizados os valores dos depósitos correspondentes aos processos judiciais nas áreas trabalhista e cível, em tramitação na justiça.

Depósitos Judiciais	2017	2016
Trabalhistas	4.699	3.835
Cíveis	1.739	1.633
Total	6.438	5.468

3.6 Ajuste ao valor presente

O CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis estabeleceu que os ativos e passivos devem ser ajustados pelo seu valor presente. Na avaliação da Administração os componentes de curto e longo prazo da Companhia não são passíveis de ajuste a valor presente.

3.7 Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração efetuou análise sobre a capacidade de recuperação de valores registrados no ativo imobilizado, com o objetivo de identificar a existência de ativos que possam ter sofrido desvalorizações significativas.

O resultado dessa análise revela que inexistem situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por venda.

3.8 Bens mantidos para venda

Contabilizados os valores dos ônibus retirados da frota operacional, em sua maioria, com dez (10) anos ou mais de vida útil, mensurados pelo valor contábil, o qual é menor do que o valor justo menos as despesas de venda.

3.9 Imobilizado e intangível

Registrados ao custo de aquisição e/ou formação, deduzidos das depreciações/amortizações acumuladas. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear às taxas admitidas pela legislação e que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. A empresa adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas e efetua periodicamente revisões do prazo de vida útil econômica de seus bens no ativo imobilizado.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

No exercício de 2010 a Companhia deu início à utilização do mecanismo “trava de depreciação” no cálculo das depreciações da conta Ônibus. A trava foi estipulada em 10% do valor dos bens que compõe a referida conta, o que representava o valor residual estimado do ativo aplicado na operação, após finalizada sua vida útil. Isso significa que 90% do saldo da conta se constituiu na base de cálculo da depreciação. A utilização desse mecanismo estendeu-se até 2013 e o impacto de sua adoção foi de R\$ 7.936, sendo o valor residual de cada bem reconhecido como custo no momento de sua respectiva baixa do imobilizado.

A conta Terrenos foi registrada pelo valor justo, com base em laudo de avaliação subscrito por avaliador qualificado profissionalmente. O efeito da mais valia, no total de R\$ 9.042, foi reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido da empresa, no exercício de 2010. Os tributos incidentes sobre a mais valia perfazem o montante de R\$ 3.074.

Contas Imobilizado	Taxa de Depreciação	Saldo em 31/12/2016	Adição	Baixa	Transf.	Saldo em 31/12/2017
Terrenos	-	11.290	-	-	-	11.290
Prédios	4	5.683	83	-	-	5.766
Instalações	10	596	-	-	-	596
Ônibus	10	169.124	-	(14.053)	-	155.071
Veículos auxiliares	20	555	-	(5)	-	550
Maq. e equipamentos	10	1.312	15	(24)	-	1.303
Equip. administrativos	10 e 20	11.363	11	(41)	1	11.334
Imobiliz. em andamento	-	2.096	-	-	-	2.097
Sub-total		202.019	109	(14.123)	1	188.007
(-) Depreciações		(107.744)	19.732	(21.675)	-	(109.687)
Total		94.275	19.841	(35.798)	1	78.320
Contas Intangível	Taxa de Amortização	Saldo em 31/12/2016	Adição	Baixa	Transf.	Saldo em 31/12/2017
Software	20%	414	-	(1)	-	413
Marcas e patentes	-	3	-	-	-	3
Sub-total		417	-	(1)	-	416
(-) Amortização acumulada		(382)	-	(10)	-	(392)
Total		35	-	(11)	-	24

Continua...